

INTERTEXTUALIDADE CONSTITUTIVA EM TEXTOS PRODUZIDOS POR ALFABETIZANDOS ADULTOS EM SALA DE AULA

GUILHERME VEIGARIOS

Abstract

This paper discusses a specific practice of text production in a community adult literacy programme. The analysis focuses on the category of ‘constitutive intertextuality’ from Critical Discourse Analysis (Fairclough, 1992; 1995) and is also oriented by the *New Literacy Studies* (Street, ed., 1993; Street, 1995). Four learners’ texts are analysed and two are contrasted in order to observe voice heterogeneity and the diversity of community resources which learners draw on to write. Finally, we argue in favour of the adoption of a comprehensive view that incorporates these diverse resources in community-oriented adult literacy programmes.

1. Introdução¹

Propomos neste trabalho discutir uma prática específica dentro do programa de alfabetização de jovens e adultos do Centro de Desenvolvimento e Cultura do Paranoá: o processo de produção de texto, relacionado a uma determinada noção de letramento. Desde que os estudos sobre o impacto social da escrita passaram a dividir território com as abordagens psicolinguísticas, o termo ‘letramento’ adquiriu um novo enfoque resultante da união entre a lingüística e a antropologia: a escrita é um

¹ Este trabalho foi o estudo-piloto do projeto de dissertação de mestrado “Consciência Lingüística Crítica na interação em sala de aula de jovens e adultos alfabetizados” (1996), situado no recorte empírico “Usos da Escrita na Comunidade”, do projeto mais amplo “Práticas Discursivas de Letramento na Comunidade”, coordenado por Izabel Magalhães. Nosso interesse, nesse momento, foi reconhecer o campo sobre o qual pretendemos desenvolver a pesquisa, aplicando a categoria analítica da intertextualidade em *corpus* inicial. Esta categoria é explorada de acordo com a proposta da Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough.

processo relativo aos eventos e práticas das culturas, sendo moldada em conformidade com suas normas e sistemas de conhecimento (Street, ed., 1993; Street, 1995).

A origem desta noção de letramento remonta a todo um contexto acadêmico cujo interesse se centralizou nos efeitos sociais da escrita. Até então falava-se somente em alfabetização, que, devido à prática política educacional de estado, tornava a aquisição da escrita um campo restrito às competências e habilidades individuais dos sujeitos em processo de alfabetização (Tfouni, 1988; ver também Kleiman, 1995). Tal sentido oculta o emaranhado de implicações entre escrita e relações sociais, grupos culturais e o desenvolvimento histórico da civilização ocidental correlacionado ao desenvolvimento do uso da escrita. Portanto, nesta perspectiva nos interessa o lugar social e o grupo cultural que circunscrevem as instâncias de produção da escrita, bem como os fatores de ordem comunicativa que contribuem para estas instâncias.

O programa de alfabetização de jovens e adultos do Paranoá originou-se da iniciativa do movimento popular local, organizado na associação dos moradores e no Centro de Desenvolvimento e Cultura do Paranoá (Cedep). Esta última entidade exerce o papel de coordenação do programa na comunidade, em parceria com a Universidade de Brasília, que oferece suporte teórico-metodológico da Faculdade de Educação e do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula. O Centro de Desenvolvimento e Cultura do Paranoá tem por objetivos, com a alfabetização de jovens e adultos, a apropriação crítica pelos alfabetizandos da realidade social mais ampla na qual se situa a comunidade. Tal objetivo encerra uma concepção de letramento associada à construção da cidadania pelos sujeitos envolvidos no processo (ver Bazzo *et al.*, 1997).

É nesse sentido que caminham as metodologias adotadas para nossa pesquisa: a etnografia crítica e a pesquisa colaborativa e fortalecedora. Ao invés de nos ocultarmos como pesquisadores para impingir rigor científico e resguardar a objetividade dessa entidade abstrata nomeada ciência, reconhecemos a existência de uma posição ideológica no fazer científico, constituída por determinações sócio-históricas, as quais tendem a apagar os sujeitos na função de objetos. Assim, buscamos ouvir as questões apresentadas pelos sujeitos pesquisados e a fazer delas ponto de partida para a investigação científica, refletindo as implicações da

representação que os sujeitos fazem do objeto de pesquisa para a própria finalidade desta.

2. Análise de Discurso Crítica (ADC)

Fairclough (1992) discute a visão constitutiva do discurso e aponta fundamentalmente três entidades constituídas no/pelo discurso: as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença. O autor distingue discurso como linguagem em uso (falada ou escrita), como tipo de discurso convencionado em determinadas instituições e, fundamentalmente, como um fenômeno tridimensional que inclui o texto, a prática discursiva e o contexto sócio-cultural.

O texto é uma unidade semântica, mais ou menos extensa de língua falada ou escrita, embora inclua outros meios de expressão. É tanto um produto como um processo. O texto é um produto devido a que resulta de uma construção que se pode dizer sistematizada na língua. E é um processo no sentido de uma contínua escolha semântica dentre os vários significados potenciais, em que cada série de escolhas constitui o ambiente para uma série posterior. Na teoria tridimensional da ADC, o texto é a parte que contém os traços lingüísticos necessários à análise, como gramática, estrutura, coesão e vocabulário. A análise textual corresponde à descrição.

A prática discursiva compreende os processos de produção, distribuição e consumo dos textos. Tais processos têm em parte uma natureza sociocognitiva, pois estão firmados em procedimentos interiorizados e compartilhados pelos sujeitos sociais, denominados de “recursos dos membros” (Fairclough, 1992:72). Estes procedimentos ou operações são determinados pelas estruturas e convenções sociais.

A distribuição dos textos pode ser simples ou complexa. Ela é simples quando existe uma relação biunívoca entre locutor e alocutário e complexa quando tal relação é não-biunívoca, isto é, locutor e alocutário são múltiplos. Um exemplo de distribuição complexa dos textos é o que se pode observar na edição da reportagem jornalística. Ao texto final precedem uma série de textos produzidos pelos sujeitos participantes da instituição imprensa na modernidade. Estes textos vão desde a captação dos fatos, passando pela editoração das agências de notícias, até sua publicação pelos jornais locais,

que também passa por um processo de editoração. E em seguida tem-se a múltipla recepção da notícia entre os vários sujeitos para os quais ela se destina. Uma distribuição simples pode ser exemplificada pelo exercício de redação nas disciplinas escolares, em que o texto possui um destinatário único, ou seja, o professor que irá corrigi-la.

A dimensão da prática discursiva envolve determinados aspectos de análise como a ‘força’ dos enunciados (o tipo de ato de fala), a coerência dos textos e sua intertextualidade.

A análise da correlação entre texto e prática discursiva corresponde à interpretação, que é um resultado do cruzamento das propriedades textuais e dos recursos dos membros. Tais propriedades dos textos comportam-se como marcas lingüísticas da interpretação que os sujeitos realizam, por meio da interiorização de convenções sociais organizadas na memória.

A análise da dimensão da prática sócio-cultural de um evento discursivo² envolve três diferentes níveis: o contexto situacional mais imediato, o contexto maior das práticas institucionais em que o evento está ancorado e ainda o quadro mais amplo da sociedade e da cultura. Estes três níveis fornecem compreensões relevantes do evento, pois este constitui e reconstitui a prática sócio-cultural nos três níveis. Os principais aspectos da prática sócio-cultural na abordagem crítica são o econômico, o político (relacionado a questões de poder e ideologia) e o cultural (ligado às questões de valor e identidade) (Fairclough, 1995).

3. Intertextualidade constitutiva

A categoria analisada nos textos é a intertextualidade. Mais especificamente, a intertextualidade constitutiva, nos termos de Fairclough. Os textos são construídos por materiais que podem proceder de outros

² De acordo com Heath (1983) e Fairclough (1992), um evento discursivo é qualquer situação onde um gênero escrito e o que se fala sobre este torna-se parte de um evento maior, burocrático, institucional ou sócio-interacional. O evento discursivo é constituído fundamentalmente pela interação social com um princípio, meio e fim e seus sentidos são negociados entre os sujeitos interagentes.

textos. Estes materiais podem ser frases inteiras, palavras, idéias e noções, transpostos integralmente desses textos. Nestes casos, existem marcas para evidenciar a penetração de outras falas no texto em questão, como uma das formas de preservação da autoria ou de atitude de oposição do locutor. Os exemplos mais abundantes são a citação, o discurso direto e o discurso indireto. No entanto, há outros modos mais sutis de interpenetração textual, não tão evidentes quanto os primeiros, os quais se relacionam ao gênero dos textos, à pressuposição lingüística e não-lingüística e, principalmente, à interação de elementos opositivos no texto de modo a mostrar a luta entre práticas discursivas e a propensão a assumir uma escolha entre elas.

Fairclough (1992) refere-se às ‘transformações textuais’ por que passam determinados textos, como por exemplo, as notícias sobre questões políticas mundiais e os discursos das grandes autoridades internacionais. Por transformação textual o autor denomina a série de passagens dos textos por uma seqüência em cadeia num dado contexto institucional, sendo que em cada elo da cadeia o texto sofre determinadas transformações, seguindo um ritual onde o elo é tanto produto da transformação como ambiente onde outras transformações se processam. Assim, um discurso pronunciado por um grande líder mundial recebe vários tratamentos, os quais se realizam pelos resumos feitos por editores da imprensa escrita, por comentários de cientistas políticos, ou quaisquer remissões que por ventura se façam em outros contextos institucionais que não somente o da imprensa, como por exemplo, uma redação na instituição escolar cujo tema seja esse discurso.

Entre alguns modos de apresentação da intertextualidade constitutiva nos textos focalizamos o que Fairclough propõe com a hibridização de gêneros discursivos e o que Bakhtin convencionou chamar de “tecido de vozes”. Estes dois autores nos alertam para dois fatos: em primeiro lugar, devemos observar como diferentes gêneros se misturam como efeito da colonização de determinadas ordens institucionais por outras, objetivando a indução dos sujeitos enunciatários a agir dentro dos propósitos dos sujeitos enunciadores; e, em segundo, mas não menos importante, a multiplicidade de enunciadores pode resultar na construção de um sentido que se converge para uma única voz ou apresentar uma

disposição em linhas de tensão entre os elementos³ no discurso. Essa tensão é percebida pelos sujeitos enquanto tal disposição de elementos em oposição no texto ainda não for naturalizada. Uma vez que se torna rotina e se naturaliza, tem-se um novo gênero discursivo cristalizado, resultante desse hibridismo, que ocupa uma posição hegemônica em uma ordem social específica.

Na análise dos textos que faremos na seção 5, a noção de transformação textual torna-se evidente como um recurso do processo de produção textual.

4. Textos dos alfabetizados

Os dados analisados neste estudo consistem de textos produzidos pelos alfabetizados em uma turma acompanhada por mim no segundo semestre de 1996. Os textos foram produzidos na semana em que o tema-gerador⁴ foi o TRÂNSITO. Eu elaborei um trabalho para ser distribuído em aula (ver anexo) cujo conteúdo consistia de exercícios de associação de palavras a figuras, questões para desenvolvimento oral em sala e uma sugestão de se fazer uma carta aberta manifestando contra a violência no trânsito, tendo por base os pontos discutidos nas questões.

O procedimento para a realização do trabalho foi o seguinte: em primeiro lugar, eu expliquei os exercícios 1 e 2 e os alfabetizados executaram individualmente ou em grupo. O exercício 1 solicitava aos alfabetizados a observação de uma lista de palavras: ‘transporte’, ‘trânsito’, ‘carro’, ‘pedestre’,

³ Ao invés de se referir a “formações discursivas”, conforme a Análise de Discurso Francesa, Fairclough adota o termo ‘elementos’, que são o gênero discursivo, o estilo, o tipo de atividade e o tipo de discurso. Esses elementos, que compõem as ordens discursivas, estão em constante articulação e rearticulação entre elementos de diferentes ordens discursivas (interdiscursividade).

⁴ O tema-gerador refere-se ao tópico construído no processo de planejamento do curso de alfabetização de jovens e adultos pelos(as) alfabetizadores(as), alfabetizados(as), coordenadoras e grupos da Universidade de Brasília, o qual norteará o desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula. Este termo está situado na proposta de Paulo Freire de problematizar a relação homem-mundo associada ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos da educação.

‘faixa de pedestre’, ‘sinal’, ‘pista’, ‘motorista’, ‘passageiro’, ‘guarda de trânsito’ e ‘Detran’. No exercício 2, o enunciado sugeria a transcrição de cada uma das palavras do exercício 1 para o ícone que a representava. Em seguida expliquei os exercícios 3 e 4, que consistiam, respectivamente, na separação das sílabas das palavras do exercício 1 e na formação de palavras juntando sílabas de determinadas famílias. Em um determinado momento, como o trabalho estava se atrasando devido às diferenças de experiência de conhecimento dos alfabetizandos e ao avançado da hora, solicitei-lhes que fizessem os exercícios 3 e 4 em casa e passássemos aos exercícios 5 e 6, os quais eu considerava mais relevantes dentro da perspectiva adotada por mim. As perguntas do exercício 5 (“Para você, quais são os problemas do trânsito?”, “Por que a vida no trânsito está tão desvalorizada?” e “O que pode ser feito em busca da paz no trânsito?”), elaboradas por mim, representam um crescendo na aproximação ao tema “trânsito”. A última pergunta confere intertextualidade à campanha de “paz no trânsito”, promovida pelo jornal “Correio Braziliense” com o apoio de várias entidades da sociedade civil.

A discussão não se realizou satisfatoriamente devido ao clima de pouca descontração por parte dos alunos. Inibidos, não quiseram discorrer livremente sobre as questões, o que me levou a sugerir-lhes que escrevessem um texto como resposta a estas perguntas. O exercício 6, uma sugestão para que os alfabetizandos escrevessem uma carta aberta, ficou preterido dado às circunstâncias apontadas acima.

Os textos marcam gradativamente a representação dos papéis de motorista e pedestre e o efeito de sentido de luta entre eles, por meio de práticas discursivas sobre trânsito:

Texto 1

*O trânsito é pirigoso di mais
tem qui ter muito cuidado*

Joaquim Filho⁵

⁵ Usamos pseudônimos para proteger a identidade dos alfabetizandos.

Texto 2

*O trânsito é muito perigoso
Os motoristas não respeitam o sinal
Não devia a-travesa - o - sinal vermelho*

Alexandre do Nascimento

Texto 3

*Dessobediência
Al transito
todos divido
Cuidados
Depende Da
competência
do Pedreste*

João Queiroz

Texto 4

*O trânsito é o movimento de Pessoas e Veículos nas ruas.
Devemos obiserva e obedecer as leis de trânsito
Só assim evitamos acidentes.
Para atravessar uma rua, devemos utilizar as faixas de segurança e obiserva o
semáforo
Agora é a vez dos motorista que deve tomar muito cuidado não bebe no transito.
Eu acho que os problemas do transito
é a falta de respeito dos moristas dirige bêbado
Sabendo que pode matar ele propio e os Pedestres.*

Erivaldo

5. Análise da intertextualidade

O projeto de alfabetização de jovens e adultos do Paranoá tem por pressuposto teórico-metodológico a formação em processo dos sujeitos participantes, em direção a atitudes afirmativas como expressão de uma

consciência crítica, em oposição à construção da identidade alienante, gerada por força da heteronomia institucional⁶. No entanto, como um projeto no interior de uma realidade social composta pelo intercâmbio entre um centro urbano de poder e uma comunidade satélite deste centro, sua orientação sofre um movimento oscilatório entre as demandas do sistema econômico urbano e a prática militante do movimento popular comunitário. A própria eleição do tema gerador sofre o efeito deste movimento e, neste sentido, o tema presente é bastante sugestivo, pois a maioria dos alfabetizandos não possui veículo, embora necessitem deslocar-se no trânsito, ocupando assim o papel de pedestre. Tal oscilação demonstra o componente ideológico nas práticas discursivas sobre o trânsito, em que as vozes dos grupos sociais hegemônicos perpassam os enunciados dos sujeitos integrantes do curso de alfabetização. Como exemplo deste efeito, vejamos o texto 3.

Neste texto, o alfabetizando parece escrever uma mensagem do tipo que se encontra em conta de água, luz, telefone, ou placas instrutivas dos órgãos públicos gestores do trânsito. Tais mensagens são diretivas visando a disciplinar os cidadãos para a vida pública. As diretivas constituem um gênero de escrita freqüentemente usado nos eventos comunicativos das instituições governamentais, seja por meio de ofícios enviados por funcionários superiores aos subalternos ou avisos afixados em paredes, murais ou gabinetes. Sua extensão é limitada e a modalidade empregada sugere a aceitação de verdade do texto pelo leitor. A impessoalidade marca o tom das relações entre locutor e alocutário neste gênero. Esses elementos indicam uma posição de sujeito subjugado pelas coerções institucionais

Por outro lado, o alfabetizando rompe com as convenções discursivas dos gêneros tradicionais adotados na escola, como a narração, descrição e dissertação. Embora tenha sido solicitada a elaboração de um texto cuja

⁶ Heteronomia institucional, conforme Castoriadis (1986:131), representa a alienação da autonomia individual promovida por uma “massa de condições de privação e de opressão, por uma estrutura solidificada global, material e institucional, de economia, de poder e de ideologia, por indução, mistificação, manipulação e violência”. É o efeito da estrutura opressiva da sociedade, que não se visualiza como um mero ‘discurso do outro’, pois “desaparece no anonimato coletivo, na impessoalidade dos ‘mecanismos econômicos de mercado’ ou da ‘racionalidade do Plano, da lei de alguns apresentada como lei simplesmente”.

expectativa seria o gênero redação, e o título sugere este gênero, o alfabetizando o fez em um gênero que não é próprio das atividades de ensino. Essa combinação entre gêneros implica a interpenetração de duas práticas sociais: a produção de advertências para os cidadãos na vida pública e o exercício de redação na escola. Em outros termos, para falar com Habermas (*apud* Fairclough, 1992), diríamos estar ocorrendo uma colonização da ordem institucional da educação, representada no gênero redação, pela ordem institucional do trânsito, esta representada na prática textual da advertência, oriunda das práticas disciplinares das instituições oficiais. Tal hibridismo entre gêneros é apontado por Fairclough como um indicador das relações entre diferentes ordens institucionais e discursivas, que no presente caso correspondem ao órgão público gestor do trânsito e à instituição escolar. Portanto, a intertextualidade constitutiva materializa-se, de tal maneira, por meio da “mistura” entre convenções de gênero, apontada no texto do alfabetizando. Analisaremos a seguir as vozes que marcam sua enunciação.

O prefixo negativo *de-* contém o pressuposto de que deveria haver uma obediência que está sendo descumprida na atividade do trânsito. A frase nominal da primeira e segunda linhas indica o título, em justaposição com o corpo do texto. Analisando a estrutura temática, a terceira e quarta linhas funcionam como o tema e as que seguem, o rema, fornecem a informação nova. O quantificador ‘todo’ no grupo nominal do tema, realizando a idéia de afirmação plena (Koch, 1987), atua interpelando o sujeito na posição de pedestre a assumir inteira responsabilidade pela observância às regras de trânsito durante o percurso. Essa interpelação é explicada por meio do elo coesivo entre a estrutura de tema e rema e o título “Dessobediência al transito”. Estes elementos da textura estabelecem, portanto, uma relação de equivalência entre “dessobediência al transito” e a total responsabilidade do pedestre quanto à prevenção de acidentes, o que demonstra uma naturalização do sentido, pelo qual a responsabilidade no trânsito cabe unilateralmente ao pedestre. O alfabetizando, do lugar de pedestre, naturaliza uma determinada prática discursiva e social na atividade de trânsito, de acordo com a qual muitos motoristas admitem a urgência de medidas públicas para a contenção dos acidentes, sem deixar de agir como se nas pistas apenas trafegassem carros, negligenciando a atenção aos

pedestres, os quais, segundo esses motoristas, em sua maioria cometem imprudências, avançando sobre os carros. E por fim, freqüentemente lhes é imputada a culpa.

A propósito, em janeiro de 1997, uma juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal deu sentença condenando um filho do Ministro dos Transportes (à época da ocorrência) ao pagamento de 24 cestas básicas a uma instituição de caridade, pelo atropelamento fatal de um ajudante de pedreiro em agosto de 1996⁷. Esta sentença foi dada com respaldo nas leis e em decisões passadas de tribunais superiores, cujo atenuante se deu pela interpretação jurídica de que a vítima tivera morte instantânea, o que prescindiria o socorro imediato. Abaixo trancrevemos a reportagem:

Defesa apela contra sentença de Klein

O advogado Rommel Parreira, contratado pela família do ajudante de pedreiro Elias Barboza de Oliveira Júnior, vai entrar hoje à tarde com apelação, no Tribunal de Justiça, para tentar anular a sentença dada ao estudante Fabrício Klein na última segunda-feira. Elias Barboza morreu atropelado por um Fiat dirigido pelo estudante em agosto do ano passado.

Na apelação, que será dirigida à Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais o advogado Rommel Parreira argumenta que Fabrício omitiu socorro e, por isso, terá que ser julgado por homicídio culposo qualificado.

Embora não tenha parado para ajudar o pedreiro, Fabrício não responderá a processo penal porque a promotoria e a juíza Maria Leonor Agüena, da 3ª Vara de Delitos de Trânsito, entenderam que o ajudante de pedreiro não precisava ser socorrido, porque morreu na hora. Segundo a promotoria, é o que dizem decisões dos tribunais superiores.

Para tentar derrubar essa tese, a acusação também vai se basear em jurisprudência (julgamentos anteriores). O advogado Rommel Parreira vai anexar ao recurso uma cópia de decisão do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual a prestação de socorro é obrigatória, mesmo que a vítima esteja morta.

⁷ Conforme a reportagem “Defesa apela contra sentença de Klein”, publicada no caderno ‘Cidades’ do jornal *Correio Braziliense*, de 24 de janeiro de 1997, à página 2.

Outro argumento da acusação é de que a promotoria não tinha provas materiais de que ocorreu morte instantânea, a não ser o depoimento de pessoas leigas. Sem avaliar uma ou outra versão, o advogado Safe Carneiro, vice-presidente da OAB, acredita que não há como recorrer da sentença dada a Fabrício, cuja principal punição foi a doação de 24 cestas básicas a uma entidade de caridade.

“Só quem pode apelar é o ministério Público (promotoria), que é o autor da ação, opinou Safe Carneiro. Já o advogado Pedro Calmon discorda. “O advogado pode até anular o processo por homicídio culposo. Se Fabrício estava em alta velocidade, atropelou e não deu assistência, é um crime premeditado. Se a acusação trabalhar direito, esse rapaz pode ir até para o Tribunal do Júri”, acredita Calmon. Segundo Calmon, Fabrício poderia ser enquadrado no crime de dolo eventual (homicídio sem intenção, mas com o risco consciente do réu), cujas penas vão de 6 a 20 anos de prisão.

Ao investigar cronologicamente a relação do texto 3 com a prática social na atividade do trânsito, representada no atropelamento do ajudante de pedreiro, obtemos que este ocorreu em 10 de agosto de 1996, enquanto que a presente atividade em sala de aula sucedeu-se no dia 17 de setembro do mesmo ano. Sem esquecer que tal ocorrência é apenas uma entre tantas que anualmente aparecem nos jornais, o motivo mais proeminente para sua repercussão, sem dúvida, está no fato de o veículo ter sido conduzido pelo filho do ministro, com o agravante da presença do próprio ministro em seu interior, cuja pasta significativamente era a dos transportes e que, na época, estava lançando uma campanha nacional de redução dos acidentes rodoviários. Esta contradição verificada entre a intenção pelas políticas públicas de uma das principais autoridades relacionadas ao trânsito e sua prática na atividade social torna-se naturalizada na enunciação do texto 3, pois neste admite-se a necessidade da prevenção, porém, apenas de parte do pedestre. Portanto, o texto produzido pelo alfabetizando é bastante representativo das contradições existentes na prática social do trânsito.

Já a relação do texto 3 com o texto da reportagem traz alguns elementos diferenciadores. A reportagem refere-se à sentença dada em julgamento, à intenção do advogado da família do pedreiro em anular a sentença e aos comentários de outros especialistas da área, ou seja, é um texto que faz referência a outros textos, constituindo assim um tecido de vozes, nos termos de Bakhtin, e articulado em uma cadeia intertextual, conforme Fairclough. O texto 3 está contemplado na enunciação da sentença,

uma vez que a tese da promotoria e da juíza, ao desobrigarem o condutor do socorro pela suposta morte da vítima, considera o ato do motorista isento de responsabilidade e por isso este “não responderá a processo penal”. Por outro lado, contrasta-se com o enunciado do advogado de defesa, para o qual houve responsabilidade do réu devido à omissão de socorro.

De acordo com esta prática social da instituição jurídica, pela qual os integrantes das classes sociais de poder político e econômico dispõem de privilégios no exercício da aplicação do código penal, as decisões dos tribunais perante os delitos de trânsito mantêm uma relação intertextual na forma de ironia com o texto do alfabetizando. Ou seja, há sempre algum suporte jurídico para eximir o motorista de responsabilidade nos casos de atropelamento de pessoas humildes por representantes das classes sociais hegemônicas.

Em relação ao fato referido na reportagem, como um dos efeitos dos enunciados da campanha “Paz no Trânsito”, o governo do Distrito Federal sancionou uma lei que obriga os motoristas a pararem ante a faixa de pedestre, sempre que algum estiver atravessando.

Um outro alfabetizando, no texto 4, apresenta uma certa heterogeneidade na enunciação. O locutor aponta uma preocupação conceitual em relação ao trânsito, veiculando noções disciplinares⁸ e estabelecendo a modalidade deôntica⁹ como uma voz do plano institucional. Ele constrói sua assertividade na atividade social representada no texto por meio do tempo verbal no presente dos verbos “ser” e “dever”.

O verbo ‘devemos’ na segunda linha traz a marcação de primeira pessoa do plural que inclui tanto os pedestres como os motoristas, uma vez que é antecedida pela oração “O trânsito é o movimento de Pessoas e Veículos nas ruas”. Este elo coesivo entre o verbo e o complemento nominal

⁸ Esta expressão “noções disciplinares” é derivada do filósofo francês Michel Foucault, em seu estudo sobre os processos disciplinares na história das instituições das sociedades ocidentais desde o século XVI, na obra *Vigiar e punir*.

⁹ De acordo com Koch (1987), a modalidade deôntica está associada a um pendor da linguagem, por meio de determinados recursos lingüísticos, para o campo da normatividade, da conduta. Por ela, expressa-se o tom de autoridade do locutor para o alocutário.

da oração inicial 'Pessoas e Veículos' interpela ambos os personagens a assumirem suas responsabilidades pela prevenção de acidentes no trânsito. Assim, em comparação com o texto anterior, neste texto ambos os papéis de pedestre e motorista são representados e comentados, contrastando com aquele, no qual a modalização deôntica aplica-se exclusivamente ao pedestre. No texto 4, a identidade de motorista é construída patologicamente por meio da referência ao uso de bebida alcoólica. Este fato remete ao contexto sócio-cultural em que o tipo de atividade ocorre, haja vista os altos índices de acidentes com veículos automotores, registrados pelos órgãos oficiais, nos quais o motorista se encontrava embriagado.

As orações "Devemos observar e obedecer as leis de trânsito/Só assim evitamos acidentes" remetem a outro texto divulgado pela Rede Globo de televisão, periodicamente, como um serviço de utilidade pública. Por meio de uma transformação textual, o alfabetizando transpõe a informação decodificada na memória auditiva e visual para o meio escrito, no exercício de sala de aula. Tal transposição mostra os recursos disponíveis pelo alfabetizando no uso do letramento.

Em ambos os textos analisados acima, a diversidade de fontes do letramento pode ser compreendida pelo que David Barton designa por *domínios do letramento* (1991; 1994). Também conforme Brian Street (1984; ed., 1993; 1995), o uso da escrita não é privilégio da formação escolarizada, embora seja a escola a principal instituição mantenedora e perpetuadora de uma forma de escrita particular, a redação oficial. Em determinados contextos de cultura letrada, é bastante possível que o indivíduo receba as primeiras lições de escrita, formal ou informal, no interior do próprio lar, ministradas pelos próprios familiares (conforme Heath, 1983). Em alguns órgãos públicos no Brasil, ou mesmo empresas particulares, já é praxe encontrar cursos internos de formação para os funcionários, nos quais a escrita desempenha um papel de veículo da habilitação desejável para o funcionário. Assim como estes exemplos do letramento no domínio da família e do trabalho, há inúmeros outros, tanto na esfera privada quanto na pública.

No contexto da comunidade do Paranoá, a escrita parece provir de fontes bastante diversificadas, como as organizações comunitárias, o comércio, a religião, manifestações culturais tais como a literatura de cordel e a prática de transmissão de conhecimento oral e letrado das famílias no

interior do país, além da cultura industrializada transmitida pelos meios de comunicação de massas, como o rádio e a televisão (ver Magalhães, 1995a; Rios, 1995; e Bazzo *et al.*, 1997). Deste modo, a escola não se comporta como o único recurso de informação e construção do letramento; há outros meios que mantêm e formam os sujeitos em práticas de letramento particulares.

6. Conclusão

Para concluir, quisemos mostrar, por meio da análise da intertextualidade constitutiva, a diversidade de elementos, no sentido da ADC, presentes nos textos dos alfabetizandos. Caracterizamos essa atividade de produção textual como um evento discursivo que teve o trânsito como o processo social representado. As relações intertextuais estabelecidas na atividade em sala de aula e nas manifestações discursivas na prática social, como o julgamento do responsável pelo atropelamento do ajudante de pedreiro e a reportagem no *Correio Braziliense*, demonstram a coexistência de práticas discursivas contraditórias, que refletem e constituem as contradições entre as classes sociais. No plano da enunciação, é digno de nota a dialogicidade contrastiva entre os textos 3 e 4. Para os propósitos do projeto de alfabetização, um dos resultados deste exercício indica a necessidade de fortalecimento da identidade dos alfabetizandos no papel de pedestre, como vimos no texto 3.

A análise do processo de produção dos textos 3 e 4 evidencia como os alfabetizandos resgatam para a sala de aula os eventos de letramento¹⁰ a que estão expostos, seja pela mídia, pelas instituições oficiais, ou pelos recursos da própria comunidade. Esse achado, do ponto de vista do letramento, contribui no sentido da integração entre os conteúdos

¹⁰ Os eventos de letramento são eventos discursivos integrados por algum material escrito, e são regidos por normas que prevêm seus participantes, os papéis de leitor e/ou escritor, e os usos e valores atribuídos ao letramento em uma determinada cultura. Os eventos de letramento têm um objetivo e uma organização no tempo com um começo, meio e fim e funcionam na mudança das práticas socio-culturais, mediante a negociação entre os participantes sobre os papéis de leitor e escritor e os valores atribuídos à leitura e escrita (Magalhães, 1995b).

curriculares do programa de alfabetização de jovens e adultos do CEDEP e os eventos discursivos de letramento existentes na comunidade, integração que é mediada pelo hibridismo entre gêneros discursivos.

Por fim, este estudo da intertextualidade na produção textual de alfabetizando jovens e adultos mostra a urgência da adoção de práticas nesses programas que estimulem a associação do processo de produção textual à prática social e às demandas de luta das comunidades às quais os programas estão vinculados.

Referências Bibliográficas

- Barton, D. The social nature of writing. In: D. Barton & R. Ivanic (eds.) *Writing in the community*. London: Sage Publications, 1991, pp. 1-13.
- _____. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Oxford, U.K. and Cambridge, U.S.A.: Blackwell, 1994.
- Bazzo, A. et al. Análise de Discurso Crítica e letramento. *Intercâmbio* (PUC/São Paulo), 6: 925-943, 1997.
- Castoriadis, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. G. Reynaud; rev. téc. R. S. Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Fairclough, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- _____. *Media discourse*. London: Edward Arnold, 1995.
- Foucault, M. *Vigiar e punir*. Trad. R. Ramalhetete. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- Habermas, J. *Theory of communicative action*. Vol. 1. Trad. T. McCarthy. London: Heinemann, 1984.
- Heath, S. B. *Ways with words: language, life and work in communities and classrooms*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- Janks, H. & Ivanic, R. Critical language awareness and emancipatory discourse. In: N. Fairclough (ed.). *Critical language awareness*. London: Longman, 1992, pp. 305-331.
- Koch, I. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.
- Kleiman, A. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- Magalhães, I. Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade

em relatos de mulheres. In: A. Kleiman (org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, S.P.: Mercado de Letras, 1995a, pp. 201-235.

_____. Beliefs about literacy in a Brazilian community. *International Journal of Educational Development*, 15(3):263-276, 1995b.

Rios, G. Eventos de letramento na sala de aula e na comunidade. Trabalho final de graduação. Universidade de Brasília, inédito, 1995.

Street, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. Introduction: the new literacy studies. In: B. Street (ed.) *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 1-21.

_____. *Social literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education*. London and New York: Longman, 1995.

Tfouni, L. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes, 1988.

ANEXO

Cabeçalho

Nome: .

Data: . Turma: .

1- Observe as seguintes palavras:

TRANSPORTE

TRÂNSITO

CARRO

PEDESTRE

FAIXA DE PEDESTRE

SINAL

PISTA

MOTORISTA

PASSAGEIRO
GUARDA DE TRÂNSITO
DETRAN

2- Junte cada uma delas ao seu objeto no desenho.

3- Agora separe as sílabas das palavras.

4- Forme palavras com as sílabas abaixo:

TRA - TRE - TRI - TRO - TRU

PA - PE - PI - PO - PU

TA - TE - TI - TO - TU

SA - SE - SI - SO - SU

5- Perguntas para discussão:

- Para você, quais são os problemas do trânsito?
- Por que a vida no trânsito está tão desvalorizada?
- O que pode ser feito em busca da paz no trânsito?

6- Que tal aproveitar o que foi discutido acima para escrever uma “carta aberta” a todos que participam do trânsito?